



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Peixoto, Renato Amado

A Flecha e o Alvo – AS ORIGENS, AS TRANSFORMAÇÕES E A FUNÇÃO DO CURSO DE
HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA LECIONADO POR JAIME CORTESÃO NO MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES

Antíteses, vol. 7, núm. 13, enero-junio, 2014, pp. 184-209

Universidade Estadual de Londrina

Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193331342010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Flecha e o Alvo

– AS ORIGENS, AS TRANSFORMAÇÕES E A FUNÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA LECIONADO POR JAIME CORTESÃO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES*

*The Arrow and the Target – The origins, the transformations
and the function of the course in the History of Cartography
taught by Jaime Cortesão at Brazilian Ministry of Foreign Affairs*

Renato Amado Peixoto¹

RESUMO



Por meio da metodização dos conteúdos e do ensino da História da Cartografia, Jaime Cortesão consagrou uma narrativa e uma pedagogia da formação do território nacional em que Alexandre de Gusmão e Rio Branco passaram a figurar em conjunto. Esta fabricação serviu para o resgate do papel dos diplomatas na invenção da Nação e para a recomposição do papel do Brasil no jogo das relações internacionais após a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Jaime Cortesão. Instituto Rio Branco. Alexandre de Gusmão. Barão do Rio Branco. História da Cartografia brasileira. História da Formação Territorial do Brasil.

ABSTRACT



Through the methodization of the contents and the teaching of the History of Cartography, Jaime Cortesão fabricated a narrative and a pedagogy of Brazil's national territory evolution, which joint in the same role Alexandre de Gusmão and Rio Branco. This fabrication served to rescue the role of Brazilian diplomats in the invention of the Nation and to the recomposition of brazilian foreign policy after the

* A versão inicial deste texto foi apresentada no 'XXVII Simpósio Nacional de História' da Anpuh e publicada em seus Anais com o título de 'A Flecha e o alvo: Jaime Cortesão e a fabricação do Barão do Rio Branco por meio da cartografia na década de 1940' (PEIXOTO, 2013b). Uma segunda versão foi apresentada sob a forma de palestra ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 15 de agosto de 2013, com o título abreviado de 'História e Cartografia'.

1 Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Second World War.

Keyword: Jaime Cortesão. Rio Branco Institute. Alexandre de Gusmão. Baron of Rio Branco. The History of the Brazilian Cartography. Territorial Evolution of Brazil.

Eu prepararei a flecha e depois passá-la-ei a outras mãos válidas e moças, para que elas desfechem o tiro, para que possam acertar no alvo, que eu depois não posso atingir

– Jaime Cortesão, *Curso de História da Cartografia*, 1944. (OLIVEIRA, 2010b).

A fala acima, capturada pelo taquígrafo no decorrer de uma das aulas de Jaime Cortesão durante o curso ‘História da Cartografia’, lecionado no Itamaraty em 1944, nos permite inferir a importância que ele atribuía ao seu constructo. No encaminhamento deste raciocínio, nosso texto se propõe a colocar a ideia de que a história da cartografia brasileira, por meio da metodização dos seus conteúdos e do seu ensino permitiu consagrar uma narrativa e uma pedagogia da formação do território nacional em que Alexandre de Gusmão e o Barão do Rio Branco passaram a figurar em relevo tanto na história quanto na geografia brasileira, as quais serviram para a recomposição da posição do Estado brasileiro no jogo das relações internacionais e para o resgate do papel dos diplomatas na invenção da Nação e na organização do Estado.²

Proponho também que esta narrativa já vinha sendo elaborada desde a década de 1930, numa *cena*³ de produção historiográfica composta pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério das Relações Exteriores. Compreendo ainda que nesta *cena de produção historiográfica*⁴ cuidava-se de produzir e disseminar um saber

2 Nossa intenção com este texto e com as colocações que se seguirão em suas notas é contribuir para um alargamento do exame e maior discernimento do campo de fenômenos para os quais o estabelecimento de uma história da historiografia como subdisciplina seria relevante. Nesse sentido, procuramos nos juntar às preocupações esboçadas por Valdei Araújo e apostamos no diálogo com o seu texto ‘História da Historiografia como analítica da Historicidade’ (ARAÚJO, 2013).

3 Busco aqui repreender minha tradução do conceito derridiano de Cena para o campo da história, já trabalhado em ‘A Máscara da Medusa’ (PEIXOTO, 2005). Nesse sentido, devo esclarecer que o conceito de Cena condensa uma série de posições e de questões esboçadas por Jacques Derrida desde meados da década de 1960, quando procurava estabelecer o diálogo e uma aproximação com o pensamento de Martin Heidegger. Inserida por Derrida no projeto da desconstrução e desenvolvida nos livros ‘Gramatologia’, ‘A escritura e a diferença’ e ‘A voz e o fenômeno – Introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl’, essa aproximação de Jacques Derrida colocada por meio do deslocamento para a Linguagem do sentido emprestado ao Ser por Heidegger. Este deslocamento foi pensado por meio da ideia da *arquiescritura*, o sentido pré-linguístico que precederia a inscrição da linguagem seja enquanto fala seja como escrita, caracterizado pelo movimento e pela abertura dos signos, que colocaria o que podemos chamar de um *Ser dos seres* enquanto resposta ao *Ser* de Heidegger (KATES, 2005:193). A problematização da *arquiescritura* abrira, por conseguinte, como uma única e mesma possibilidade, a temporalização e a relação com o outro (DERRIDA, 2004: 73), reconhecendo-se que sua analítica teria de lidar com a *monstruosidade* da interpretação, ou seja, que a interpretação seria mais um amálgama do que uma síntese, na medida em que se teria de lidar com o heterogêneo, o contraditório, e com o movimento que permitiria a hibridização destes (DERRIDA, 2002: 249; 1995: 385-386).

4 Considero que o conceito derridiano de Cena estaria no centro de uma analítica *monstruosa* da temporalidade para Derrida (ver Nota 3 deste artigo) e que esse sentido foi trabalhado em pelo menos dois textos: ‘O teatro da crueldade e o fechamento da representação’ e ‘Freud e a cena da escritura’ (DERRIDA, 2002: 149-178; 179-226). No primeiro texto, Derrida

acerca do espaço, cuja linguagem e seus usos foram enfeixados numa disciplina, a Geopolítica Brasileira, que ascenderia em importância por conta das tensões que acompanharam a separação dos cursos de Geografia e de História na década de 1940 (PEIXOTO, 2012).

Desde logo, é necessário colocar que a cartografia começou a galgar sua autonomia acadêmica na década de 1940 a partir da crescente importância atribuída ao Planejamento nas políticas de Estado, das grandes transformações nos transportes civis e da crescente mobilidade dos meios militares, as quais emprestaram uma nova relevância aos mapas. Devemos também apontar que os mapas foram tornados acessíveis ao grande público pela imprensa, interessada na discussão e divulgação desses tópicos e pela homogeneização dos símbolos topográficos levada a cabo pelas instituições internacionais e nacionais, ligadas

apresenta o conceito de Cena por meio de uma leitura das ideias de Antonin Artaud acerca do *Teatro da Crueldade*. O sentido do Teatro da Crueldade para Artaud deriva do exame das diferenças entre o teatro ocidental e o teatro balinês, as partir do que Artaud defendeu que cada encenação deveria ser continuamente transformada a partir da interação a acontecida entre os atores e o público no palco, o que na prática tornaria a encenação seguinte diferente daquela que a precedera. Assim, o teatro clássico, de lugar e texto marcado, seria substituído por um teatro onde a encenação dependeria da encenação de *outros*, que aconteceria na ausência de uma *assinatura* do autor e independente da presença do leitor, num palco não-teleológico, configurado como um espaço do *jogo* entre os atores e o público. Este sentido da Cena que foi entrevisto por Artaud no Teatro de Bali, era tido por ele enquanto esquecido pelo Ocidente, portanto necessitando ser resgatado. Este sentido da Cena, resgatada por Artaud no 'Teatro da Crueldade', anuncia para Derrida o limite da representação, na medida em nele se ultrapassava o caráter imitativo da arte, tornando-a, por conseguinte, representativa da vida, exatamente no que ela teria de irrepresentável (ver DERRIDA, 2002: 152). A leitura derridiana da encenação, segundo Antonin Artaud, articula o problema central da arquiescritura, a inscrição de um sentido pré-lingüístico na linguagem, colocando a premissa de que esta inscrição se daria continuamente, numa operação cujo sentido, ou ausência de sentido, como alguns poderiam compreender, seria o *jogo* pensado na perspectiva subsumida no Teatro da Crueldade. A temporalização encontraria sua contextualização na Cena, sempre tomada por Artaud como um lugar físico e concreto (ARTAUD, 1984: 51), porquanto, seria na Cena que se operaria a *representação cruel*, a representação que significaria "desdobramento de um volume, de um meio em várias dimensões, produtora de seu próprio espaço" (DERRIDA, 2002: 157). A produção do espaço por meio da operação da representação cruel seria, por conseguinte, entendida pela noção de *espacamento*, porquanto não poderia ser resumido ou compreendido por uma temporalidade da linearidade *fônica*, já que resultava da produção de uma "nova noção de espaço" e de "uma ideia particular de tempo" (DERRIDA, 2002: 157). A temporalização deveria, portanto, ser investigada em seu *espacamento*, por meio da investida numa *linguagem em uso* e deveria ser interpretada a partir das questões indicadas pela sua *monstruosidade* (ver Nota 3). Já no texto 'Freud e a cena da escritura', Derrida investiga, por meio do Conceito de Cena, a operação do que chama de "inacreditável mitologia (neurológica ou metapsicológica [...]") e a produção da "fábula metapsicológica" de Sigmund Freud, colocando-as como resultantes de uma "cena histórico-transcendental" (DERRIDA, 2002: 224-225). Aqui, por conseguinte, Derrida junta ao conceito de Cena os ganhos obtidos na sua investigação da produção do constructo freudiano, quando apresenta seu método de análise discursiva, que liga o trabalho com o texto e sobre a metáfora, com a ideia da desaparição mesma da singularidade e de sua imersão e desaparecimento no transcendental como um movimento da temporalização, colocando a ideia de uma historicidade inerente ao deslizamento do conhecimento e acrescentando à sua problematização outra questão que seria trabalhada também no livro 'Gramatologia': a de que a investigação deste deslizamento deveria ser remetida a "uma rede com várias dimensões" e a um "sistema total, ou seja, aberto, a todas as cargas de sentidos possíveis" (DERRIDA, 2004: 55), colocações que não apenas acrescentariam ganhos a ideia da temporalidade contextualizada na Cena, mas como também se somariam às preocupações já esboçadas por meio das ideias de *jogo* e de *monstruosidade*, já que Derrida pensa aqui uma temporalidade inteligida por uma *cena da história* que considera primeiro o *jogo do mundo*, a abertura total que prefigura a rede, para depois considerá-lo enquanto *jogo no mundo*, ou seja, operação, produção, inscrição, disseminação. Entendemos que o conceito de Cena, se aplicado ao problema de analisar a produção historiográfica, por conseguinte, incorpora ao conjunto de fenômenos com que a história da historiografia tem de lidar, várias questões. Primeira, a preocupação de considerar tanto a operação que possibilita o texto historiográfico quanto sua produção mesma; Segundo, ter de considerar os contextos historiográficos junto às diversas performances e jogos que os invocam e que ao mesmo tempo evocam suas recepções, devendo-se considerar que à temporalização se junta a uma espacialização, levando, pois, a ter de se pensar em lugares e circuitos de produção; Terceiro; seria preciso trabalhar uma rede de incorporação e de circulação e pensar uma economia do recalque, do deslizamento, da derivação e da desaparição – tanto para o campo histórico quanto do campo histórico.

entre si pelo esforço de mapeamento das superfícies continentais, nacionais e regionais. Devido a tudo isto, os mapas tiveram sua produção, circulação e consumo grandemente incrementados, o que elevou a novos níveis sua utilização como instrumento de pedagogia, de propaganda e de análise. Devemos dizer que esses usos se entrelaçaram mais, beneficiados pela estandardização dos critérios e pelo incremento da credibilidade na recolha e registro de dados geográficos, facilitados pela abundância de recursos tecnológicos, como a aviação, após a Segunda Guerra Mundial.

Os geógrafos e historiadores passaram então a ler os mapas literalmente enquanto ‘vistas do mundo’, retratos a partir dos quais se poderia resgatar e compreender as aproximações feitas pela cultura europeia sobre um recorte do globo em certo período de tempo. De resto, esta era uma aproximação que já vinha se consolidando desde o século XIX e que perpetuava o propósito Iluminista – estudar os mapas como repositórios do conhecimento e como marcos do progresso alcançado pela Civilização – mas, que se tornava agora mais complexa a partir da grande notoriedade alcançada pela cartografia. Tornava-se, necessário, não apenas instruir um público interessado nos mapas, mas também constituir métodos, organizar cânones e construir uma história dos progressos e marcos da própria cartografia, organizando-os ao lado das conquistas gerais da sociedade, da cultura e da civilização.

Caberia, doravante, esta tarefa à História da Cartografia, por meio de uma metodologia básica: a listagem cartobibliográfica dos mapas por regiões e em ordem cronológica. Contudo, esse método examinaria os mapas também como documentos por meio dos quais se podiam traçar o surgimento e a ascensão da Civilização, de modo a se inferir tanto o crescimento do conhecimento geográfico quanto a marcha civilizatória (EDNEY, 2012).

Neste ponto é necessário fazer notar nossa posição: entendemos que a cartografia e seus mapas não são um empreendimento monolítico e em progresso constante. Além disto, entendemos que não existe uma cartografia, mas vários modos cartográficos que, na maioria das vezes, convivem entre si, cada um deles podendo ser investigado a partir de relações culturais, sociais, políticas e intelectuais que devem ser compreendidas em seu confluxo e na cena do debate que daí é instruída. Finalmente, que esta posição foi suficientemente colocada em relação ao caso brasileiro, por meio do exame da produção cartográfica e corográfica do século XIX e do caso indiano no século XVIII (PEIXOTO, 2005, 2011a; EDNEY, 1997).

Como a Cartografia somente começa a alcançar autonomia acadêmica durante a década de 1940 e, consequentemente, a História da Cartografia enquanto disciplina ainda começava a ser esboçada nesse ambiente, os cursos lecionados por Jaime Cortesão devem ser estudados não apenas como a primeira iniciativa de organização da História da Cartografia brasileira, mas também como uma importante tentativa de sistematização do Ensino de História da Cartografia no período. Sua investigação se reveste, portanto, de uma tripla

importância: para a Cartografia, porque remete à constituição epistemológica do seu campo acadêmico; para o Ensino de História no Brasil, porque endereça diretamente à separação entre o curso de Geografia e o de História; como também à própria História brasileira em razão das tensões então geradas em termos de permanências e afastamentos dos objetos, conteúdos e métodos da Geografia.

Este ponto ganha uma dimensão especial e particular na medida em que, em 1945, se buscava organizar o Instituto Rio Branco como uma instituição de ensino superior voltada para a pesquisa, para a formação continuada de diplomatas e também para a instrução de outros funcionários públicos e que, isto se dava no período mesmo em que a geografia procurava se distanciar da história, contudo, sem abrir mão de refletir sobre os conteúdos e pressupostos históricos. No sentido de se distanciarem dos historiadores, aquilo que os geógrafos brasileiros definiam então por geopolítica era apontado como o modelo teórico para a aproximação com os pressupostos e conteúdos históricos, a *cartologia* era refinada como seu método, e os mapas passavam a servir de documentos, cartas de endosso, que permitiam transferir a propriedade de seus títulos ao Estado.

Devido ao escopo e aos objetivos deste artigo, não buscamos examinar os cursos lecionados por Cortesão no Ministério das Relações Exteriores, mas procuramos compreender seus pressupostos, antecedentes e consequências, na medida em que pretendemos aqui descortinar *uma função* da História da Cartografia brasileira fundada por Jaime Cortesão, de modo a colocar uma interpretação dos problemas e das tomadas de posição no Brasil que envolvem não apenas a aproximação da cartografia em relação à História, mas também a cisão do curso de história e geografia na década de 1940.

A historiografia sobre os cursos de Jaime Cortesão no Ministério das Relações Exteriores

Apenas dois pesquisadores, o estadunidense Robert Henry Moser e o português Francisco Roque de Oliveira dão conta dos cursos de História da Cartografia de Jaime Cortesão e, embora estes procurem tornar patente a articulação existente entre os planos dos cursos, a narrativa geral da história e a geopolítica, seus esforços buscam também colocar, por meio da análise dos conteúdos lecionados, a inserção de Jaime Cortesão numa escola cartográfica lusitana que vinha se desenvolvendo desde o XVIII e demonstrar a relevância dessa escola para a geografia brasileira e para a cartografia mundial.

O mais antigo destes trabalhos foi desenvolvido por Moser, especialista em estudos luso-brasileiros, e aponta que o relacionamento de Cortesão com o Ministério das Relações Exteriores teria se iniciado em 1942 com o convite para a criação do primeiro atlas histórico

brasileiro, mas ressalva que essa colaboração somente se tornaria contínua a partir de 1944, depois das partes terem assinado o contrato para a organização da mapoteca do Itamaraty. A partir dessa atividade é que teria surgido a oportunidade de Cortesão lecionar um curso sobre a história da cartografia voltado para a formação dos diplomatas brasileiros. Segundo Moser, quando esse curso foi transferido em 1945 do Itamaraty para o recém-formado Instituto Rio Branco, teria havido uma transformação nos seus conteúdos, passando-se a relacionar a história da cartografia lusitana às circunstâncias políticas e aos atos de diplomacia que teriam ajudado a constituir os limites territoriais do Brasil no período colonial. Contudo, Moser notaria que, desde a primeira versão do curso, Cortesão já havia procurado costurar uma ligação do estudo da história da cartografia com a interpretação do processo geopolítico que teria ajudado na criação de cada um dos mapas (MOSER, 2000 e 2005).

Por sua vez, o geógrafo Francisco de Oliveira, baseado nas reflexões de Moser, explica que as escolhas e tendências de Cortesão dever-se-iam à influência então exercida pela geopolítica sobre a geografia brasileira, especialmente tendo notado a participação daquele que reputava ser então um dos principais teóricos da geopolítica, Fernando Antônio Raja Gabaglia, na feitura do programa do curso lecionado no Itamaraty. Como Moser, Francisco de Oliveira também notou as diferenças entre o curso de 1944 e o de 1945, observando que Cortesão passaria a dar uma ênfase muito maior ao Tratado de Madri e à cartografia dos limites de 1750, ao mesmo tempo salientando a importância atribuída ao tema da ilha-Brasil. Estendendo seu exame também aos cursos lecionados entre 1946 e 1950, Oliveira concluiu que as grandes obras de Cortesão, especialmente aquelas dedicadas a Alexandre de Gusmão e a Raposo Tavares, teriam sido delineadas neste período para depois serem desenvolvidas, com a ajuda de colaboradores, em vários institutos nacionais e estrangeiros, notadamente em Portugal, ressaltando ter sido crucial o apoio recebido do Instituto Rio Branco para que esse esforço fosse realizado (OLIVEIRA, 2010a e 2010b).

Pode-se ainda reparar que Moser e Oliveira desenvolveram ou divulgaram seus trabalhos a partir de instituições responsáveis ou pela guarda da memória nacional (a Biblioteca Nacional de Portugal) ou que abrigavam projetos que cuidavam de estudar a influência da cultura lusitana a partir da geografia (o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa). Provavelmente por conta dessa inserção institucional, os resultados de suas pesquisas buscaram apontar a originalidade e o pioneirismo de Jaime Cortesão, tanto na abordagem da história brasileira quanto no trato da história da cartografia, assim como destacaram a relevância dos insumos da ciência, da cultura e da presença portuguesa no Brasil, tudo isto personificado na figura do próprio Cortesão.

Oliveira salientou também que a presença de Jaime Cortesão sintetizava a existência de uma “terceira missão”, que se caracterizaria pela atuação de alguns portugueses a partir de lugares estratégicos e que esta se equipararia à influência das missões francesas que haviam

sido destinadas à construção da geografia universitária no Brasil. Procurava, assim, apontar que os cursos lecionados por Jaime Cortesão no Instituto Rio Branco não apenas originaram suas principais obras escritas no Brasil, mas que estas foram fundamentais para se compreender a marcação dos limites e a extensão do território nacional. Do mesmo modo, se evidencia que a contribuição de Cortesão para a geopolítica brasileira foi singular, por conta de ter construído uma ampla teoria sobre a formação das nossas fronteiras.

Nesse raciocínio, enfatiza-se a importância de Jaime Cortesão para o conhecimento do pensamento geográfico que sustentou a cartografia brasileira antiga e seria nesse âmbito que se teriam aberto suas possibilidades de reflexão, dentre as quais o pressuposto de que a cartografia portuguesa sobre o Brasil refletiu e difundiu a lenda de uma entidade territorial segregada, a ilha-Brasil, que condicionou a exploração e a aquisição de território. Em consequência, segundo Oliveira:

“[...] o sentido da obra de Cortesão sobre a investigação cartográfica realizada por Portugal da então Colônia edificou uma plataforma de legitimação nacional para o Brasil, que em meados do século XX, quando Cortesão esteve por aqui, voltava com força para o cenário político do país, frente à necessidade de consolidação da nação e da integração do território nacional daquele período” (MACHADO, 2010).

Por conseguinte, entendo que os trabalhos de Moser e de Oliveira se igualam no esforço de sustentar uma ideia de progresso da cartografia portuguesa em que as atividades de Cortesão no Brasil o inserem simultaneamente enquanto herdeiro e inventor nesta tradição, cuja linhagem haveria se iniciado ainda no século XVIII. Inclusive, a tarefa principal de Cortesão teria sido a de construir uma genealogia da cartografia brasileira coerente com a obra de seus predecessores lusitanos, elaborando-a por meio do método inovador da ‘biobibliografia’ que fora fundado por seu irmão Armando Cortesão. Este argumento junta a cartografia brasileira a um esforço de leitura e interpretação que, metódica e conceitualmente, integra-se no esforço maior de leitura e interpretação dos mapas e experiências que reúne a América à Ibéria (OLIVEIRA, 2012).

No seguimento do raciocínio, comprehendo que o argumento da ideia de progresso da cartografia portuguesa e de sua inserção numa cartografia ibérica e europeia é conduzido a partir da formulação de que Jaime Cortesão não apenas foi o inventor do estudo sistemático da história da cartografia, mas também o introdutor e o desenvolvedor de um saber geográfico que oriundo de Portugal impele à reorganização da reflexão sobre a Nação e a identidade brasileiras. Observo que o problema geopolítico serve mais para a articulação e desenvolvimento do argumento historiográfico de Francisco de Oliveira do que, como seria de se esperar, para o exame e interpretação dos cursos de Jaime Cortesão: ora o geopolítico funciona enquanto um fator incidental, quando o autor cuida de explicar a transformação

do programa do curso ministrado no Itamaraty para o do Instituto Rio Branco; ora o geopolítico funciona como um endosso da genialidade de Cortesão, como é o caso das considerações feitas por Oliveira em relação ao livro 'Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri' (OLIVEIRA 2010b).

O problema da compreensão da geopolítica brasileira

Reparando que os argumentos de Moser e de Oliveira baseiam-se na dupla função de Jaime Cortesão enquanto inventor de uma história da cartografia e de uma tese histórica sobre o espaço brasileiro, torna-se necessário buscar esclarecer os termos constituídos por Cortesão em sua invenção. Para este, a cartografia portuguesa esteve sempre à frente de seu tempo, fato que lhe permitia, por exemplo, explicar as falhas de seus mapas por conta da política de segredo do Estado português, que impedia os cartógrafos lusitanos de divulgar as informações consideradas então como confidenciais ou que os impelia a deliberadamente registrar dados errados nos seus mapas. Paradoxalmente, o Estado e os seus agentes sonegariam informações ou falseariam o conhecimento geográfico por conta de possuírem um conhecimento do território e uma compreensão do espaço superior aos seus concorrentes. O estudo dos mapas incluiria, portanto, compreender a relação do ato de mapear com a ação do Estado, daí o porquê de Cortesão nomear esse intelectual como cartólogo, pois, operando ao lado do cartógrafo, cabia ao cartólogo pensar, simultaneamente, a exação e a inexatidão dos mapas. O estudo dos mapas serviria, por conseguinte, tanto para explicar a ação do Estado quanto para comprovar que sempre existiu um sentido geopolítico na atuação desse mesmo Estado e dos agentes lusitanos, sentido este capaz de se transsubstanciar noutra unidade política: o Brasil.

Por conseguinte, Cortesão instruiria a possibilidade de uma ligadura entre o político, o social e o ato de mapear que era operada pela geopolítica avant la lettre e para a qual os mapas serviriam como documenta. Esta possibilidade de substituição do histórico pelo geopolítico é que levaria à afirmação dos temas centrais nas obras de Jaime Cortesão, tais como: a intencionalidade do Descobrimento; o direcionamento precoce da penetração e ocupação do território norteada pelos mapas e pelo conhecimento indígena; a Ilha-Brasil; a atuação privilegiada de certos agentes do Estado na definição do território, da Nação e da identidade; etc.

Por conseguinte, o argumento que embasa a historiografia sobre os cursos de Cortesão não apenas leva em conta um argumento em que o geográfico se superpõe e condiciona o histórico (uma geo-política), mas, a partir da incorporação dos termos de Cortesão aos seus pressupostos deixa o esforço brasileiro subordinado a uma história de Portugal e à cartografia portuguesa (uma geo-política), afastando as possibilidades de se perscrutar um

saber sobre o espaço nacional que se coloca historicamente, de resto, um procedimento metódico que será seguido também por vários geógrafos e historiadores brasileiros após 1945, com a diferença de que nesses casos a invenção de Cortesão, de tão disseminada, pouco é reconhecida em sua autoria.

Este raciocínio nos leva a um terceiro ponto a ser considerado: se tanto a historiografia portuguesa quanto a historiografia brasileira se afastam de considerar um saber sobre o espaço e um sentido para a cartografia brasileira, poderíamos entender esse afastamento a partir da sua diferença, a costura do espaço brasileiro? Se pensarmos essa diferença como a substituição do histórico pelo geopolítico, poderíamos pensar uma história dessa diferença, desse espaçamento?⁵

Uma leitura do espaçamento da substituição do histórico pelo geopolítico

O problema que se coloca é que a geopolítica de Jaime Cortesão não deve ser entendida apenas como uma reflexão das relações do político com o espaço, mas deve ser investigada enquanto enfrontada no confluxo entre as condições reflexivas tanto da geografia quanto da história brasileira e portuguesa, às quais ele estava vinculado.

Tomando por exemplo o caso brasileiro, podemos observar que o desenvolvimento das atividades do IHGB exemplifica de modo admirável as incertezas e possibilidades percorridas pelo concurso de rationalidades ainda indecisas ante a separação ou a convergência. A fundação do Instituto decorreu exatamente da necessidade de se colocar os problemas acerca da constituição da identidade e do território frente às demandas do Estado e conforme as premissas das discussões desenvolvidas no Parlamento e no Conselho de Estado. Não havia Nação porque não havia território e não havia território porque este não estava ainda enunciado por uma narração do espaço, uma vez que esta antes tinha de estar fundamentada numa articulação temporal reconhecida pelas elites que então formulavam o Estado. No caso, quero salientar que esta impossibilidade fundamental, o *nó górdio* da Nação brasileira, foi resolvida pelos historiadores brasileiros ainda na metade do século XIX, por meio do recurso a uma sistemática predominantemente espacial na qual a escritura

⁵ Guardada a ideia da *monstruosidade* (ver Nota 3), entendemos que essa inscrição poderia ser interpretada, num primeiro momento, a partir da exploração do *jogo* e de sua *representação cruel* em sucessivos idiomatismos que revelariam não apenas uma derivação temporal, mas também espacial do outro – seu *espaçamento* – possível de ser enumerado e explicado. Num segundo momento, poderíamos examinar o desdobramento de sua operação e produção, uma vez que estas guardariam uma relação com as demais produções e com as representações de seu jogo, cujos textos seriam possíveis de serem interpretados a partir da identificação de seu recalimento, derivação e repetição (ver Nota 4).

de uma ‘História das Fronteiras’ antecedeu a produção da História da Nação em pelo menos dez anos (PEIXOTO, 2011c: 115).

Estas condições se consolidaram no Brasil durante a segunda metade do século XIX por meio da ampla disponibilização dos conteúdos da Corografia e pela proliferação de suas obras (que cuidavam da descrição dos espaços por meio de uma articulação cronológica que inscrevia o espaço no território do Estado) e se prolongariam *de facto* na academia brasileira até meados do século XX, quando o curso de história e de geografia foi finalmente dividido em dois cursos autônomos (PEIXOTO, 2013a).

No caso específico de Jaime Cortesão, uma reflexão que considere o confluxo entre as condições reflexivas da geografia e da história em sua obra se desvincula dos cursos do Ministério das Relações Exteriores, sendo possível remontar seu rastro pelo menos a 1922, ano em que Cortesão publica ‘A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil’, livro em que juntava sua hipótese da *intencionalidade* da descoberta do Brasil à ideia de que se desenvolvia um “vasto plano nacional, metodicamente previsto e realizado” (CORTESÃO, 1922: 207).

Este raciocínio seria desenvolvido nas obras ‘Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses’ (CORTESÃO, 1940) e na ‘História da Expansão Portuguesa’, publicado em 1942 pelo Ministério das Colônias e da Educação Nacional de Portugal. Seria, inclusive, nesta última obra que surgia pela primeira vez a ideia da Ilha-Brasil, largamente discutida como um dos principais contributos de Cortesão: “[...] graças à cultura geográfica dos tupis-guaranis, os primeiros colonizadores portugueses tiveram a vaga noção duma unidade geográfica brasileira [...] como uma gigantesca ilha [...] germe da consciência geopolítica” (BAIÃO, 1942: 125).

Por conseguinte, podemos fazer notar que já em 1940-1941 estavam articulados praticamente todos os grandes temas a partir dos quais Jaime Cortesão iria erigir suas principais obras brasileiras, à exceção de ‘Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid’ (CORTESÃO, 1950).

Um problema a parte, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri são estranhos aos interesses e ao conjunto do empreendimento intelectual de Cortesão, conforme reconhece Paulo Franchetti, ao ponto deste procurar interpretar Gusmão enquanto um *alter ego* de Jaime Cortesão (FRANCHETTI, 2001). Nossa chave de resposta para a compreensão de como Alexandre de Gusmão foi incorporado à produção de Cortesão nos permite também recolocar o problema de sua interpretação da geopolítica, pois entendemos que o personagem “Alexandre de Gusmão” e o tema “Tratado de Madri” são um legado do saber sobre o espaço já elaborado entre 1839 e 1841 pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros, o antecedente institucional do Ministério das Relações Exteriores (PEIXOTO, 2011a).

Em junho de 1942 o jornal carioca ‘A Manhã’ entrevistou Jaime Cortesão em meio a uma série de reportagens sobre Alexandre de Gusmão, o brasílico, como o periódico o cognominava. Contudo, a entrevista de Cortesão sucede a de Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, diplomata e membro do IHGB, que defendia desde 1933, no âmbito do pan-americanismo, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos e os demais países do continente. Na retrospectiva da comunhão de interesses dos países da América, Meneses havia encadeado a atuação de Alexandre de Gusmão com a de Simón Bolívar e a de James Monroe, para enquadrá-los enquanto os inauguradores do pan-americanismo.

Esta narrativa iria ser desenvolvida no IHGB durante os anos seguintes, a partir das colaborações de Pedro Calmon, Basílio Magalhães e Affonso Celso, tendo-se em vista, sucessivamente, a instituição e comemoração do ‘Dia da América’ em 1933, a inauguração do monumento ao Barão do Rio Branco em 1942 e as comemorações de seu nascimento em 1945. Se tomados, por exemplo, os discursos e os escritos referentes à comemoração do centenário, pode-se observar que a figura do Barão era construída tomando como base a impossibilidade de intervenção do Brasil no cenário internacional, num momento em que os problemas de inserção do país nesse mesmo cenário se tornavam mais árduos. Nesse sentido, urgia cultivar a tradição, até porque Rio Branco foi então saudado como o prólogo do pan-americanismo e exaltado como uma força demiúrgica, igualado, assim, a Alexandre de Gusmão e a José Bonifácio enquanto um dos fundadores do Brasil (PEIXOTO, 2012).

Por sua vez, incorporando essa fabricação, Jaime Cortesão não só assinalou a “intuição genial do pan-americanismo” de Alexandre de Gusmão, mas o apontou, ao mesmo tempo, como o precursor de James Monroe, como o pai da diplomacia nacional e como o precursor da geopolítica brasileira, este último pioneirismo por conta de Alexandre Gusmão ter, segundo Cortesão, “orientado e estimulado a exploração geográfica dos sertões”, por conseguinte, equiparando a atuação de Alexandre Gusmão à ‘Marcha para o Oeste’ do governo Vargas (A MANHÃ, 1942a e 1942b).

Assim, no período mesmo em que o Brasil entrava na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos e em que o governo Vargas incentivava a ‘Marcha para o Oeste’, Alexandre de Gusmão, protagonista da narrativa sobre o espaço nacional construída cem anos antes pelo Visconde de São Leopoldo, foi juntado por Cortesão numa narrativa coerente com as suas várias hipóteses acerca dos Descobrimentos e da História da Expansão portuguesa.

Portanto, em 1942, já estavam alinhavados e desenvolvidos, pelo menos dois anos antes do começo do curso de Cortesão no Itamaraty, todas as referências e temas que seriam incluídos nas lições de ‘História da Cartografia’, lecionada em 1944, e de ‘História da Cartografia Política do Brasil’, lecionada em 1945. Estas referências e temas seriam desenvolvidos em vários livros por demanda do Ministério das Relações Exteriores, que patrocinaria sua pesquisa, redação e publicação, caso específico de ‘Alexandre de Gusmão e o

Tratado de Madrid', conforme se pode verificar em extensa prestação de contas de Jaime Cortesão ao Instituto Rio Branco durante quase dez anos.

Contudo, como explicar o afastamento de uma geopolítica focada na expansão e na conquista lusitana, formulada por Cortesão nos primórdios de seu empreendimento intelectual, para uma geopolítica da formação do território nacional, que inclusive receberia a denominação de 'História da Formação Territorial do Brasil' a partir de 1947?

Após as discussões que se seguiram à comemoração em 1928 do centenário do tratado de paz entre o Brasil e a Argentina que terminou com o conflito em torno da Cisplatina e, desde 1933, quando foi acertado o 'Convênio para a revisão dos textos de história e geografia' nos dois países, o Ministério das Relações Exteriores vinha tentando constituir uma Comissão para organizar as bases a partir das quais esse acerto seria colocado em prática. Em junho de 1936, reunida a Comissão, composta por Pedro Calmon, Affonso Taunay, Sousa Docca, Othelo Rosa, Raja Gabaglia, Jonathas Serrano e pelo próprio ministro Mamedo Soares, decidiu-se, a partir das discussões em torno do pan-americanismo, expurgar dos textos de ensino de história e geografia todos os tópicos que pudessem prevenir os brasileiros contra qualquer nação do continente.

Visando-se a "aproximação pan-americana" dever-se-ia frisar as intenções pacifistas do Brasil e, doravante, dar maior ênfase à história econômica e ao desenvolvimento da riqueza dessas nações, bem como se estimular o estudo da História da Civilização Brasileira, mantendo "a proporção conveniente entre a história política, a econômica, a espiritual" de modo que não fosse prejudicada "a noção global de meio físico, povo, evolução e unidade do Brasil". Finalmente, a Comissão mandou incluir as normas gerais então aprovadas no Plano Nacional de Educação, assim como aprovou a proposição que reconhecia ao poder público, na República e nos Estados, o direito de examinar os livros que estavam em uso assim como os que poderiam vir a ser utilizados nos estabelecimentos de ensino, para o efeito de aprová-los ou não (MRE, 1936).

Sabendo que os cursos de Jaime Cortesão foram organizados no âmbito do Ministério das Relações Exteriores em companhia e colaboração de Raja Gabaglia, que um dos membros da Comissão, Mamedo Soares, era presidente do IHGB, do IBGE e da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, que uma Comissão verificadora dos textos funcionou a partir do Ministério e que os conteúdos dos cursos incidiam exatamente sobre o que fora discutido, acreditamos que a linguagem geopolítica de Cortesão havia de ser modificada de modo a que se adaptasse às contingências de sua aplicação.

Pensando assim, devemos considerar as contribuições de Cortesão durante seu exílio no Brasil mais como uma *fabricação* do que uma invenção, fabricação esta que corresponderia tanto aos insumos e demandas do Estado brasileiro quanto aos interesses anteriores de Jaime Cortesão, conectados ao nacionalismo lusitano e aos esforços do Estado português.

Os cursos, palestras e conferências anteriores a 1944

Foi justamente a partir de sua inserção na demanda apontada pela Comissão Revisora que Jaime Cortesão começou a desenvolver seu trabalho no Brasil, lecionando a partir de 1941 várias palestras e cursos de extensão na Faculdade Nacional de Filosofia sobre o papel do Brasil na Restauração portuguesa e sobre a História da Civilização portuguesa, depois transformados no ‘Curso de História da Civilização nas suas relações com a História do Brasil’. Seria justamente após iniciar esses cursos que se daria a primeira das filiações institucionais de Cortesão, com sua admissão à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, quando faria, sintomaticamente, uma conferência intitulada ‘Relação entre a Geografia e a História do Brasil na constituição da Nação brasileira’, na qual ressaltou a influência dos fatores hidrográficos, geográficos e geopolíticos que determinaram a expansão do Brasil, focalizando a figura de Alexandre de Gusmão, “o primeiro diplomata do Brasil” e o “precursor do pan-americanismo”.

Nesse sentido, podemos dizer que em 1941 Cortesão já havia fabricado o arcabouço a partir do qual a formação do território brasileiro era discernida a partir da geopolítica brasileira, explicando a história da nação como um processo de ocupação territorial inadiável e inevitável, movido e conduzido pelos condicionamentos impostos pelo espaço, orientado pela clarividência intelectual ou pela experiência telúrica de certos indivíduos, como um esforço que se unia à tenacidade dos diplomatas e à atividade de um Estado onipresente, para o qual os mapas serviam de instrumentos e como documentos.

Por sua vez, desde 1938 a narrativa constituída na cena de produção historiográfica já organizava no Ministério das Relações Exteriores a demanda de uma produção baseada nos mapas. Intentava-se então produzir um Atlas Histórico, a ser publicado pelo próprio Ministério em 1939 por motivo das comemorações do Cinquentenário da República (SANTOS, 1946).

A possibilidade de integrar Jaime Cortesão aos quadros do Ministério das Relações Exteriores foi aberta exatamente pela necessidade de integrá-lo à organização do Atlas Histórico. Recebido já em 1941 por Osvaldo Aranha e por Murilo de Miranda Basto, responsável pela Mapoteca do Itamaraty e encarregado da organização do então chamado ‘Atlas Histórico dos Limites do Brasil’, Jaime Cortesão seria convidado no ano seguinte a juntar-se a este último e a Ruy Ribeiro Couto no planejamento da obra e na redação de uma ‘Informação sobre os trabalhos a serem organizados para a publicação do Atlas Histórico do Brasil’. Esta Informação seria aproveitada posteriormente na ‘Exposição de motivos’ para a publicação do Atlas, enviada por Osvaldo Aranha ao Presidente da República em 1942.

Na ‘Exposição’ Osvaldo Aranha apontava que se estava ampliando o plano do Atlas de 1938 e explicava a finalidade do Atlas Histórico para o Ministério das Relações Exteriores brasileiro (colocação que se pode, inclusive, neste ponto do artigo, extrapolar como aquilo o que entendia ser a função mesma da Cartografia), porquanto se espera que o Atlas Histórico do Brasil:

"[...] ilustre e esclareça, pela palavra escrita e pela figurada, à luz de documentos irrefutáveis, a *formação histórica do nosso país* [nossa grifó], desde as suas origens, e a legitimidade da nossa soberania sobre os vastos territórios que nos foram legados pelos nossos antepassados" (SANTOS, 1946).

Afinal, segundo o Ministro, os Estados Unidos e a Argentina possuíam já de longa data, não um, mas vários Atlas Históricos, enquanto que o Brasil “ainda não cuidou desse indispensável comentário gráfico a sua grandiosa história, nem da organização de uma série de monografias correspondentes aos magnos assuntos cartográficos a elucidar” (SANTOS, 1946).

A ‘Exposição de Motivos do Atlas Histórico do Brasil’ seria aprovada por Getúlio Vargas ainda no mesmo ano, contudo, sua execução não foi adiante, talvez por conta da exagerada dimensão da sua Comissão Organizadora que, integrada por vinte e oito membros (dezoito destes fixos, mais os representantes de dez diferentes instituições), nunca conseguiu se reunir (SANTOS, 1946).

O fato é que Murilo Basto, Ruy Couto e Jaime Cortesão haviam chegado à conclusão que o Atlas Histórico do Brasil não poderia ser composto apenas com os recursos cartográficos do Ministério das Relações Exteriores, o que provavelmente determinaria, doravante, as demandas da instituição em relação a Cortesão. Isto pode se depreender, inclusive, pelo exame dos conteúdos dos volumes que comporiam o Atlas: o título do primeiro destes era ‘Cabral e as origens do Brasil’, exatamente o mesmo título do livro de Jaime Cortesão que seria publicado pelo Ministério das Relações Exteriores em 1944 (CORTESÃO, 1944). Os conteúdos previstos para os volumes subsequentes eram, por sua vez, bastante semelhantes não apenas às conferências pronunciadas por Jaime Cortesão em 1943, mas também aos planos dos cursos que seriam lecionados por ele no Ministério das Relações Exteriores entre 1944 e 1945.

No mesmo sentido, tanto a exposição das conferências quanto a metodologia dos cursos previa o apoio de mapas desenhados a partir de originais dos séculos XVI e XVII, os quais começariam a ser preparados por Cortesão já em 1942 – vários destes mapas seriam depois integrados nos livros de Jaime Cortesão, como, por exemplo, nos tomos da ‘História do Brasil nos Velhos Mapas’.

Nesse mesmo ano Jaime Cortesão apresentou no Gabinete Português de Literatura do Rio de Janeiro a conferência ‘Os portugueses no descobrimento dos Estados Unidos’, a qual contou com a presença do embaixador estadunidense no Brasil. Nesta conferência, Cortesão advogou a ideia de que o Brasil, junto com os Estados Unidos, tendia naturalmente “a dirigir [...] uma ‘política pan-americana’, que seria definida como um legado lusitano, pois, os portugueses seriam os “representantes legítimos e, quase diríamos necessários, do espírito de expansão geográfica e da nova técnica descobridora” (CORTESÃO, 1949). Para ilustrar esta compreensão, Jaime Cortesão desenhou o ‘Mapa das expedições luso-espanholas durante o século XVI nos EE. UU.’ e explicou, por meio do Mapa, o papel dos portugueses na exploração e na colonização dos Estados Unidos, enfatizando a ideia de que esse esforço havia sido guiado por um *espírito universalista* dos lusitanos, que se colaria, por conseguinte, às duas nações e ao pan-americanismo.

Outro indício de que o raciocínio de Cortesão já estava consolidado antes mesmo dos cursos no Ministério das Relações Exteriores pode ser recolhido na série de conferências intituladas ‘Como se esboçou o retrato do Brasil’, apresentadas em 1943 na inauguração da Exposição ‘Cartografia Histórica do Brasil’, montada por Cortesão no Palácio Itamaraty.

Jaime Cortesão já havia então constituído o cânone de uma *Cartobibliografia brasileira* a partir dos recursos disponíveis na Mapoteca do Itamaraty, seguindo o esforço de acumulação de registros cartográficos acerca das fronteiras que fora iniciado no próprio Ministério por Duarte da Ponte Ribeiro ainda no século XIX (PEIXOTO, 2005), contudo, devemos frisar que Cortesão estipularia uma demanda para a aquisição de mapas *que visaria a completar o seu raciocínio*.

Na conferência ‘Como se esboçou o retrato do Brasil’, conduzida sob a presidência de Osvaldo Aranha e com o patrocínio do Gabinete Português de Literatura, Jaime Cortesão explicou ser possível, a partir dos mapas guardados no Ministério das Relações Exteriores, descrever “o modelo” para se entender a formação territorial do país – sintomaticamente, Osvaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, encerrou a conferência felicitando Cortesão por “*estar ensinando o Brasil aos próprios brasileiros*” [meu grifo] (JORNAL DO BRASIL, 1943).

Por conseguinte, compreendemos que já estavam assentados, antes do curso de História da Cartografia brasileira ter sido lecionado no Ministério das Relações Exteriores em 1944, os seguintes pressupostos: a formação territorial do Brasil podia ser ensinada por meio de uma coleção de mapas cronologicamente assentada; que estes mapas permitiam entender a ação do Estado português junto aos naturais e aos elementos do território; e que a explicitação do progresso da história da técnica cartográfica portuguesa somava-se a um sentido do esforço lusitano.

O Instituto Rio Branco

Contudo, não cabia apenas explicar o Brasil: era necessário também garantir a transmissão de sua pedagogia, problema este que se resolvia em meio aos esforços para se constituir uma escola para formação de diplomatas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. Nesse sentido, o esforço para a implantação do Instituto Rio Branco, a casa que abrigaria os cursos de História da Cartografia, se dava justamente neste período, aproveitando a preparação para as comemorações do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco.

Jorge Latour, presidente da comissão organizadora das Comemorações entre 1944 e 1945, já havia proposto em 1934 a criação de um Instituto, então sem nome, que tivesse a missão de “formar ambiente e fazer escola” e cujos modelos seriam “a instituição que Oswaldo Cruz constituíra em Manguinhos e o que Rio Branco havia feito, em parte, no Itamaraty” (CHEIBUB, 1984).

Note-se, portanto, que muitos anos antes de Jorge Latour propor o Instituto Rio Branco, este já advogava junto ao Ministério das Relações Exteriores o funcionamento de um estabelecimento que ficasse a meio termo entre uma escola para a formação de diplomatas e um instituto superior e que esse estabelecimento ficaria encarregado não apenas do ensino, mas também de pesquisa e da sua divulgação. Observe-se também que entre 1944 e 1945, Jorge Latour era, simultaneamente, e o presidente da Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco e o chefe do Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores.

Entretanto, Jorge Latour defenderia inicialmente que o Instituto fosse organizado como um anexo ao Ministério das Relações Exteriores, ficando subordinado a este, mas estabelecido enquanto uma Fundação, de modo a se poder obter a colaboração do elemento privado e, ao mesmo tempo, se manter sua autonomia didática. Somente depois, batendo-se contra os que pretendiam que o Instituto fosse constituído como um mero departamento dentro do Ministério das Relações Exteriores, é que Jorge Latour passou a defender que o Instituto fosse organizado em moldes semelhantes ao dos estabelecimentos europeus e estadunidenses de altos estudos, apenas subordinado ao Ministro de Estado (MRE, 1945).

Supunha-se, desde o início, que a atuação de Jaime Cortesão no Ministério das Relações Exteriores cobriria não apenas a atribuição de professor no curso recém-formado, mas que suas tarefas seriam muito mais amplas, a saber, atuando também no ensino, pesquisa e divulgação, sendo que estas tarefas já haviam sido alinhavadas no entendimento feito entre o Ministério das Relações Exteriores e Jaime Cortesão em 1944, provavelmente visando consubstanciar a ideia de Jorge Latour.

Veja-se que, segundo o contrato assinado entre as partes, as tarefas de Jaime Cortesão no Ministério das Relações Exteriores seriam: assessorar a Mapoteca do Itamaraty; superintender o serviço de catalogação de mapas e quaisquer peças pertencentes à Mapoteca; redigir notas e pequenas monografias a partir dos mapas, relatórios e memórias sobre as questões de limites do Brasil e a respeito dos mapas antigos do Brasil e da América do Sul; indicar quais as obras históricas e geográficas, bem como os mapas que seriam de interesse para o Ministério, tendo em vista sua compra ou reprodução; organizar o catálogo da mapoteca; escolher as peças a serem restauradas e fiscalizar sua restauração; preparar um curso didático destinado a formar pessoal do Ministério para exercer postos na Mapoteca; e auxiliar os trabalhos de preparação e publicação do *Atlas Histórico do Brasil* (MRE, 1946b).

Em resultado, as tarefas de Cortesão eram tão amplas que o contrato já previa sua renovação automática após o primeiro ano. Refletindo a importância destas tarefas e a do próprio Cortesão para o Ministério das Relações Exteriores, Jaime Cortesão recebia em 1945 o dobro do que foi pago ao Reitor do Instituto Rio Branco⁶ e quase duas vezes mais do que cada um de seus professores conseguiria receber, mesmo porque, ao contrário de Cortesão, os outros professores eram pagos apenas por aula ministrada.⁷

A partir da assinatura do contrato com o Ministério das Relações Exteriores, Jaime Cortesão juntou-se a Murilo Basto, seu antigo companheiro da Comissão do *Atlas Histórico* para organizar o ‘Curso de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia’ que seria lecionado no âmbito do Ministério em 1944.

Note-se, novamente, que a abrangência do Curso de 1944 tinha a ver diretamente com as suas finalidades – prover o Ministério de profissionais capazes de organizar e gerir a Mapoteca e capacitá-los para que fossem também capazes de interpretar os mapas ali guardados para os demais funcionários da Secretaria de Estado.

O sentido dessa demanda está relacionado com o fato de que desde a intervenção de Joaquim Nabuco na Questão do Pirara se havia definitivamente consagrado a ideia de que os mapas conservados no Itamaraty eram os títulos jurídicos da posse do território nacional. A isto se juntava o reconhecimento corporativo de que estes mapas haviam sido juntados e arrolados pelo esforço diligente e abnegado de Duarte da Ponte Ribeiro e de outros diplomatas. Cabia, doravante, aos profissionais da Instituição não apenas a preservação desse esforço, mas também correlacionar a interpretação dos mapas com o conhecimento geográfico acerca das fronteiras e das questões com os países vizinhos, sobretudo porque disto dependia a compreensão das questões resolvidas pelo Barão do Rio Branco ou das que

6 Hildebrando Accioly era tratado pelo título de Reitor nos memorandos e relatórios do Instituto Rio Branco até 1946 quando esse título foi substituído pelo de Diretor (MRE, 1946b).

7 Os professores do Instituto Rio Branco deveriam lecionar no mínimo cinco e, no máximo, seis aulas por mês (MRE, 1946b)

se desenrolaram no período em que este esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Assim, o conhecimento e a interpretação da história da cartografia eram tanto considerados como habilidades e competências que deveriam fazer parte da formação continuada dos diplomatas brasileiros e demais funcionários do Ministério quanto reconhecidos enquanto parte de uma cultura e de uma memória institucionais.

Da 'História da Cartografia' a 'História Sumária da Formação Territorial do Brasil'

Dada a complexidade da questão, nada menos que cinco professores foram destacados para lecionar a parte de geografia das fronteiras no Curso de 1944, fazendo que não houvesse tempo disponível para lecionar a parte de mapoteconomia. Isto também ocasionou que somente 15, de um total de 250 inscritos, se apresentassem para as provas finais. Realizadas estas, ocorreu que nenhum funcionário do Itamaraty fosse aprovado e que os primeiros lugares do curso fossem conquistados justamente por geógrafos.

O fraco desempenho dos funcionários do Ministério provavelmente condicionou a adoção de várias mudanças que visavam equacionar este problema nos cursos seguintes. Em 1945 cuidou-se de colocar em prática dois cursos antes mesmo da oficialização do Instituto Rio Branco, que só veio a ocorrer em meados do ano, incorporando-se então ao Instituto toda a estrutura que já estava em funcionamento no Ministério.

O primeiro destes cursos fora planejado apenas visando o aperfeiçoamento dos funcionários de carreira diplomática e nomeado de 'Curso de Prática Consular'; o segundo, novamente aberto para os funcionários de diversos ministérios, bem como de Conselhos e de institutos federais e estaduais, foi nomeado como 'Curso de Geografia Superior' e era composto por quatro disciplinas: 'Geografia Política do Brasil e da América Latina', lecionada por Everardo Backheuser; 'Geografia Cultural do Brasil e da América Latina', por Fernando Antonio Raja Gabaglia; 'Geografia Econômica do Brasil e da América Latina', por Afonso Várzea; e 'História da Cartografia Política do Brasil', a cargo de Jaime Cortesão.

Transformado em 'História da Cartografia Política do Brasil', o antigo curso de Cortesão absorveu em suas unidades finais a discussão sobre as questões de fronteiras, fazendo com que as atividades do Barão do Rio Branco fossem incorporadas de forma reduzida e adaptada à narrativa de formação territorial que já fora desenrolada no Curso de 1944 (CORTESÃO, 1945).

Contudo, os problemas que afligiram o Curso de 1944 repetiram-se na experiência do Instituto Rio Branco em 1945 e, novamente, a relação entre inscritos e aprovados foi muito baixa, pois dos 47 alunos inscritos, apenas 8 ficaram aprovados.

O diagnóstico de Cortesão veio na forma de um relatório apresentado ao reitor do Instituto onde se apontava que o curso de 1945, mesmo tendo obedecido ao programa, tinha ficado bastante especializado e extenso, com um nível elevado em relação à média dos candidatos. Assim, para o ano seguinte, sugeria condensar o conteúdo do curso, limitando-se a História da Cartografia do Brasil apenas à parte dos limites e fazendo-se da cartografia política a base do programa, pois esta supunha conhecimentos mais rudimentares e de mais fácil acesso. Cortesão ainda aconselhava que o aspecto político devesse ser mais sugerido do que posto no primeiro plano, dando um aspecto prático ao curso e, finalmente, aconselhava selecionar melhor e limitar mais o número de alunos (MRE, 1945b).

Nessa mesma direção, o Relatório das Atividades do Instituto Rio Branco de 1945 já dava conta das mudanças, extinguindo os vários cursos de geografia para condensá-los numa só disciplina a ser ministrada por Jaime Cortesão no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e que deveria se chamar 'Geografia das fronteiras e história sumária da cartografia política do Brasil' (MRE, 1946c).

Todavia, somando-se ao efeito do relatório de Cortesão, ao final do mesmo ano de 1945, promoveu-se uma mudança no caráter do Instituto Rio Branco colocando-se a seleção dos candidatos a carreira diplomática e a formação dos aprovados no foco de suas atribuições. Adaptava-se o Instituto para substituir o sistema até então administrado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) por um concurso e um curso administrados pelo próprio Ministério das Relações Exteriores, ao mesmo tempo em que se consolidava a opinião de que o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas deveria se tornar obrigatório para todos aqueles que pretendessem a ascender na carreira do Ministério.

Note-se que estes direcionamentos se encaixavam diretamente nas sugestões de Jaime Cortesão e, coincidentemente ou não, este seria o único professor não pertencente à carreira diplomática que lecionaria no Instituto durante o ano seguinte (MRE, 1946c).

Prevalecendo o sentido apontado por Cortesão em seu relatório, sua disciplina no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas de 1946 acabaria nomeada como 'História sumária da formação territorial do Brasil', que se consagraria dai em diante pela disseminação dos seus conteúdos e teses na Academia e nas demais instituições do Estado, dentre estas, vale apontar, a Escola Superior de Guerra.

A Flecha e o Alvo⁸

No âmbito das comemorações do nascimento de Rio Branco, o Instituto pensado por Jorge Latour nasceria como mais uma homenagem ao Barão. Contudo, a representação do Barão do Rio Branco que prevaleceria por meio da disseminação dos conteúdos lecionados e das obras incentivadas e publicadas pelo Instituto, seria a que possibilitava a transmissão pedagógica do modelo da formação territorial do Brasil, longamente pensado e depois formulado em razão das possibilidades de ensino da história e geografia na época e das demandas concentradas no Instituto.

O Barão do Rio Branco ficava então juntado ao ‘modelo’ de Cortesão não apenas como o continuador da obra pan-americana de Alexandre de Gusmão e como o finalizador da formação territorial, mas também como o endossante da recém-criada História da Cartografia brasileira, afinal, segundo Jaime Cortesão:

[...] o Barão do Rio Branco usou largamente da ilustração cartográfica, e tão largamente, que pode com os seus Atlas e estudos, lançar as bases da história da cartografia do Brasil.

A mesma preparação e visão geopolítica lhe aconselhava ponderar os problemas, não apenas dentro das conveniências brasileiras, mas no conceito mais vasto das necessidades vitais de outras nações e, por consequência dentro da consciência americana.

[...] a razão era a qualidade mestra do espírito do Barão. A razão serena e clara que tudo vê, tudo mede e tudo pesa. Tudo que é visível e mensurável. Porque ao lado dessa razão, ele possuía a previsão intuitiva, que chega até onde a razão não vai e enxerga as possibilidades da consciência coletiva, permitindo assim julgar da oportunidade de certos atos e decisões (CORTESÃO, 1945).

8 Em benefício de se colocar um sentido mesmo para o exercício de investigação da história da historiografia, acredito ser interessante fazer notar o paralelismo entre a metáfora da ‘Flecha e do Alvo’ construída por Jaime Cortesão e colocada em epígrafe ao início deste artigo, e a metáfora do ‘Arqueiro Zen’, trabalhada por John Caputo no artigo ‘For the Love of the things themselves: Derrida’s Hyper-Realism’ (CAPUTO, 2000). John Caputo coloca a ideia de que, ao contrário de esperarmos um Arqueiro como Sujeito-autônomo, disparando Flechas que são Signos domados, que atingem, infalivelmente, um Alvo-Objeto; deveríamos nos contentar com uma relação mais escorregadia, encetada no deslizamento de significantes que deslizariam continuamente para outros significados, produzindo efeitos em cadeias já pré-constituídas, em diferentes *espaçamentos* (Caputo, 2000: §25). Inspirado por uma passagem do Sūtra Śūraṅgama em que o Buda discute a não-realidade das causas ilusórias (HUA, 2003: 59-61), John Caputo trabalha sua compreensão do conceito derridiano de *Hiper-realismo*, explicando-o como um realismo que está *para além* do real ou como um realismo *sem o real*, na medida em que a ideia do real é ela mesma fugidia e se encontra com o mesmo sujeito-arqueiro. Para Caputo, assim que abrimos a boca, respondemos aos endereçamentos do *outro*, num contexto em meio a múltiplos contextos, por meio de uma resposta da qual não somos o autor e para endereçamentos que não temos esperança de saturar ou de tornar transparente, pois não há *uma realidade*, na medida em que a realidade como tal não existe, mas, somente deslizamentos. Observando a metáfora da ‘Flecha e do Alvo’ de Jaime Cortesão poderíamos perceber que ele reconhecia e fazia reconhecer a importância do seu constructo, mas que entendia que este devia lhe escapar, deslizando para outras mãos, elas mesmas já moldadas a partir de uma figura idealizada, o Barão. Reconhecemos, portanto, um movimento, uma operação, uma temporalidade que não se esgota numa única apresentação, mas que se coloca como repetição, reprodutiva de uma presença anterior à presença de Cortesão que se desloca noutras leituras e noutras escritas.

Convém lembrar que a História da Cartografia brasileira foi deliberadamente reduzida em seu escopo em razão de uma finalidade, que era a formação continuada dos diplomatas. Jaime Cortesão em seu Relatório para o reitor do Instituto Rio Branco ao final do curso de 1945 colocou explicitamente esse problema e distinguiu o caráter introdutório da ‘História sumária da formação territorial do Brasil’, curso que visava a formação de diplomatas, mas que também possuía a finalidade de tornar a História da Cartografia brasileira acessível a um maior número de alunos.

Entretanto, a segunda finalidade da ‘História sumária da formação territorial do Brasil’ seria esquecida, até porque Jaime Cortesão retornaria a Portugal em 1957, sem voltar a lecionar sua disciplina nos moldes iniciais e deixando sem publicação a ‘História do Brasil nos velhos mapas’, obra que provavelmente serviria para a retomada do curso original.

Jaime Cortesão deixou-nos uma figura do Barão do Rio Branco ligada indissoluvelmente à forma e aos anseios de uma Instituição que se modificou gradualmente, bem como às aspirações continuamente modificadas da Corporação diplomática e aos problemas da inserção do Brasil no panorama da Guerra Fria.

Além disto, deve-se colocar que a ‘História sumária da formação territorial do Brasil’ impressionou a História e a Geografia brasileiras ao ponto de nem mais sabermos juntar à sua autoria as contribuições que dispôs. Esta fórmula – se é que podemos recortá-la para situar Cortesão naquele liame que Mircea Elíade distinguiu ao tratar dos ferreiros e alquimistas (ELÍADE, S/Data) – só pode ser realizada por historiadores e geógrafos ao custo da dessolidarização dos seus significados originais, como o próprio Cortesão fazia notar:

Há que se ligar a história da cartografia à história da política em geral e então os meus condiscípulos verão e verão constantemente através de um livro de imagens aparecer pouco a pouco a história do Brasil, e toda a epopeia da sua ocupação. Depois surgiram as capitâncias em meio de tribos primitivas; logo apareceram as primeiras metrópoles; e a marcha do Brasil na ocupação do território. Ergueu-se pouco a pouco a ossatura do gigante. E para terminar, eu quero fazer um voto: é que o aluno número um que eu sou, ao terminar o curso, seja igualado no estudo por todos os outros. Eles têm sobre mim uma vantagem: podem dar a competência que adquiriram. Dentro da história do Ministério há um padrão admirável, um protótipo – o Barão do Rio Branco – Eu prepararei a flecha e depois passa-la-ei a outras mãos válidas e moças, para que elas desfechem o tiro, para que possam acertar no alvo, que eu depois não posso atingir (CORTESÃO Apud OLIVEIRA, 2010a: 6-7).

No recorte, Jaime Cortesão, elabora a imagem da ‘Ossatura do Gigante’ para dizer da Formação Territorial do Brasil; do ‘Protótipo’ para ressaltar a *figura* do Barão do Rio Branco; da ‘Flecha’ para dizer de seu próprio esforço e de como os diplomatas poderiam dele se valer

para acertar no ‘Alvo’. Sabidamente, o sábio-poeta deixou de nomear o seu poderoso Arco, a História da Cartografia e, se não esperamos mais retesar a corda de Cortesão, podemos observar o seu Alvo, olhando *para além* da Flecha, procurando compreender a Noite que o rodearia.⁹

Bibliografia:

A MANHÃ. Alexandre de Gusmão - o genial precursor do pan-americanismo científico. 10/05/1942a. Biblioteca Nacional. Periódico.

A MANHÃ. ‘Alexandre de Gusmão, o precursor do pan-americanismo e da geopolítica brasileira’. 12/05/1942b. Biblioteca Nacional. Periódico.

ADONIAS, Isa. *Jaime Cortesão e seus mapas* - Instrumentos didáticos para a História da Cartografia do Brasil. Rio de Janeiro: S/Editora, 1984.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. História da Historiografia como analítica da Historicidade. IN: *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, nº 12, 2013, p. 34-44.

ARTAUD, Antonin. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Editora Max Limonad, 1984.

BAIÃO, Antônio (et alli) *História da expansão portuguesa no mundo*. Vol. III. Lisboa: Ática, 1942.

CAPUTO, John D. For Love of the Things Themselves: Derrida's Hyper-Realism. *Journal for Cultural and Religious Theory*. Vol. 1, nº 3, 2000.

9 Esta digressão final, feita desenvolvida por meio da ideia derridiana do hiper-realismo, a partir de John Caputo (ver Nota 8), dialoga com a ideia de que, além da relação entre poética e narrativa, há que se considerar o deslizamento que pressupõe um *hiper-real* e as questões do *jogo* e de sua *representação cruel* (ver Nota 5). Assim, entendemos que Jaime Cortesão fabrica seu constructo e que esta fabricação e seu constructo serão reatualizados no *jogo no mundo*. Finalizo retrabalhando o texto a partir do qual John Caputo elaborou a metáfora do ‘Arqueiro Zen’ (ver Nota 8), a passagem do ‘Sūtra Śūraṅgama’, atribuída ao Buda: “Isto é como o homem apontando o dedo para a lua de modo a mostrar aos outros que devem seguir a direção do dedo para observar a lua. Se eles observarem o dedo e o confundirem pela lua, perderão a vista tanto da lua quanto do dedo. Por quê? Porque a lua brilhante está apontada sob o dedo; eles tanto perdem a visão do dedo quanto falham em distinguir entre (os estados de) claridade e escuridão. Por quê? Porque eles confundem o dedo pela lua brilhante e não têm a compreensão da claridade e da escuridão.” [Minha tradução] (HUA, 2003: 60).

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: O Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Pensamiento Iberoamericano: Revista de Economia Política*. Madri, nº 6, 1984, p. 113-131.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1922.

CORTESÃO, Jaime. Apontamentos do curso de História da Cartografia no Brasil (séculos XVI a XVIII) e Mapoteconomia. Arquivo Nacional, 1944. Mimeografado.

CORTESÃO, Jaime. Apontamentos do curso de História da Cartografia no Brasil (séculos XVI a XVIII) e Mapoteconomia Biblioteca da Marinha, 1944. Mimeografado.

CORTESÃO, Jaime. *Cabral e as origens do Brasil* (Ensaio de Topografia Histórica). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944.

CORTESÃO, Jaime. Curso de História da Cartografia Política do Brasil. Instituto Rio Branco. Arquivo Nacional, 1945. Mimeografado.

CORTESÃO, Jaime. *Os Portugueses no descobrimento dos Estados Unidos*. Lisboa: Seara Nova, 1949.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

DERRIDA, Jacques & WEBER, Elisabeth. Points ...: Interviews, 1974-1994. Stanford: Stanford University Press, 1995.

EDNEY, Matthew H. Putting 'Cartography' into the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the creation of a discipline. IN: *Critical Geographies: A Collection of Readings*. Kelowna: Praxis (e) Press, 2008, p. 711-728.

EDNEY, Matthew H. Reflection Essay: Progress and the nature of Cartography. IN: *Classics in Cartography: Reflections on influential articles from Cartographica*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011, p.352-366.

EDNEY, Matthew H. *Mapping an Empire: the geographical construction of British India 1765-1843*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

EDNEY, Matthew. Cartography and Power: The Post-structuralist Turn, 1982-1991. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*. Vol. 40, nº 1/2. 2005, p. 85-111.

EDNEY, Matthew. Cartography without Progress: Reinterpreting the Nature and Historical Development of Mapmaking. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*. Vol. 30, nº 2/3 1993, p. 54-68.

ELÍADE, Mircea. *Ferreiros e Alquimistas*. Lisboa: Relógio d'Água, S/Data.

FRANCHETTI, Paulo. Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português. *Convergência Lusíada - Brasil e Portugal: 500 anos de desenlace*. Rio de Janeiro. Vol. 2, nº 18. 2001, p. 263-273.

HUA, Hsüan. *The Surangama Sutra*. Vol. II. Burlingame: Buddhist Text Translation Society, 2003.

JORNAL DO BRASIL. 'Conferência'. 25/08/1943. Periódico. Biblioteca Nacional.

KATES, Joshua. *Essential History: Jacques Derrida and the Development of Deconstruction*. Evanston: Northwestern University Press, 2005.

MACHADO, Mônica Sampaio. Mesa Redonda: Geografia e História visões sobre o Brasil no mundo. *Investigaciones Geográficas*. Nº 72, 2010, p. 172-177.

MOSER, H. Robert. The history of cartography in Brazil in the 1940s: Jaime Cortesão's Lecture Courses. *Imago Mundi*. Vol. 57, nº 1, 2005, p. 70-74.

MOSER, Robert H. O contributo de Jaime Cortesão para a história da cartografia do Brasil. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, nº 6, 2000, p. 237-262.

MRE. Actas da Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geographia, constituída em virtude do Convênio com a República Argentina, assinado no Rio de Janeiro a 10 de Outubro de 1935. Junho de 1936. Arquivo Histórico do Itamaraty. 135 1 12 e 135 1 13. Manuscrito.

MRE. Memorandos de Jorge Latour ao Chefe do Departamento de Administração em 1944'. Memorandos e Relatórios de 1945. Arquivo do Itamaraty. 136 5 13-16. Manuscrito.

MRE. Relatório de Jaime Cortesão ao final do Curso de 1945. Memorandos e Relatórios de 1945b. Arquivo do Itamaraty, 136 5 13-16. Manuscrito.

SANTOS, Astréa Dutra dos. Relatório de Astréa Dutra dos Santos a Hildebrando Accioly, 4 de abril de 1946. Arquivo do Itamaraty 136 5 13-16. Manuscrito.

MRE. Contrato entre Jaime Cortesão e o Ministério das Relações Exteriores em 12 de fevereiro de 1942. Memorandos e Relatórios de 1946b. Arquivo do Itamaraty 136 5 13-16. Manuscrito.

MRE. Relatório das atividades do Instituto Rio Branco em 1945. Memorandos e Relatórios de 1946c. Arquivo do Itamaraty 136 5 13-16. Manuscrito.

OLIVEIRA, Francisco Roque de, (Coord.). *Leitores de Mapas: Dois séculos de história da cartografia em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Jaime Cortesão, cartólogo no Brasil. Gênese e conteúdo dos cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial Brasileira leccionados no Itamaraty (1944-1950). IN: *Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 2010a, p. 69-106.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. História da cartografia brasileira e mapoteconomia segundo Jaime Cortesão: o curso do Itamaraty de 1944. Comunicação apresentada ao 3º Simpósio Ibero-americano de História da Cartografia - Agendas para a História da Cartografia Ibero-americana. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), abril de 2010b. Disponível em < <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2F3siahc.files.wordpress.com%2F2010%2F04%2Ffrancis-co-roque-3siach-2010.pdf&ei=6N5bU7fbIfOzsATGrIGACw&usg=AFQjCNETEmbtsH-cphBAkNSh2NEX1TQhZQ&bvm=bv.65397613,d.cWc> > acesso em 20/04/2013.

PEIXOTO, Renato. *A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese de doutorado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

PEIXOTO, Renato Amado. Enformando a Nação. IN: *Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço*. Natal: EDUFRN, 2011a, p. 11-48.

PEIXOTO, Renato Amado. Espaços Imaginários. IN: *Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço*. Natal: EDUFRN, 2011b, p. 157-176.

PEIXOTO, Renato Amado. Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame do afastamento da História em relação à Geografia. *Revista Porto*. Natal, PPGH/UFRN. Vol. I, nº 1. 2011c, p. 111-126.

PEIXOTO, Renato Amado. Rio Branco Ex Machina: repensando o Barão do Rio Branco através do exame da produção simbólica e historiográfica anterior à década de 1950. IN: *Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia*. Fortaleza: UFC, 2012, CD-ROM.

PEIXOTO, Renato Amado. Sob as vistas lisonjeadas de Clio e Urânia: Jaime Cortesão e a fabricação do território nacional por meio da cartografia nas décadas de 1940 e 1950'. Conferência proferida no MAST em 27/05/2013. Disponível em <https://www.academia.edu/3670185/Sob_as_vistas_lisonjeadas_de_Clio_e_Urania_Jaime_Cortesao_e_a_fabricacao_do_territorio_nacional_por_meio_da_cartografia_nas_decadas_de_1940_e_1950> acesso em 20/03/2014.

PEIXOTO, Renato Amado. A Flecha e o Alvo: Jaime Cortesão e a fabricação do Barão do Rio Branco por meio da cartografia na década de 1940. IN: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. São Paulo: Associação Nacional de História, 2013b. Disponível em <https://www.academia.edu/5214011/A_Flecha_e_o_Alvo_Os_cursos_de_Jaime_Cortesao_no_Itamaraty_e_no_Instituto_Rio_Branco_e_a_fabricacao_do_Barao_do_Rio_Branco_por_meio_da_cartografia_The_Arrow_and_the_Target_The_fabrication_of_Rio_Branco_by_Jaime_Cortesaos_History_of_Cartography_Courses> acesso em 20/03/2014.

Texto recebido em 6 de agosto de 2013 e aprovado em 26 de outubro de 2013